

**ANAIS DO II COLÓQUIO DO LAHES:
MICRO HISTÓRIA E OS CAMINHOS DA
HISTÓRIA SOCIAL**

Comissão Organizadora:

Prof^a Dr^a Carla Maria Carvalho de Almeida (UFJF)

Prof^o Dr Cássio Fernandes (UFJF)

Prof^a Dr^a Mônica Ribeiro de Oliveira (UFJF)

Prof^a Dr^a Sônia Maria de Souza (UFJF)

Promoção:

Laboratório de História Econômica e Social

Programa de Pós-graduação em História da UFJF

Apoio:

Pró-Reitoria de Pesquisa

Instituto de Ciências Humanas

FAPEMIG

CAPES

Editoração:

Bianca Portes de Castro

Ficha Catalográfica:

II Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social (2008: Juiz de Fora, MG). Micro História e os caminhos da História Social: Anais / II Colóquio do LAHES; Carla Maria Carvalho de Almeida, Mônica Ribeiro de Oliveira, Sônia Maria de Souza, Cássio Fernandes, organizadores. Juiz de Fora: Clio Edições, 2008, <http://www.lahes.ufjf.br>.

ISBN: 978-85-88532-29-8

1. História 2. História Econômica e Social. I. Carla Maria Carvalho de Almeida. II. Mônica Ribeiro de Oliveira. III. Sônia Maria de Souza. IV. Cássio Fernandes.

A ESCRAVIDÃO URBANA EM DUAS CIDADES DO SÉCULO XIX: SANTO ANTÔNIO DO PARAIBUNA E RIO DE JANEIRO

Caio da Silva Batista*

Introdução

O artigo apresentado é fruto de uma pesquisa, que se encontra em desenvolvimento. O texto irá abordar um tema de extrema importância para a Historiografia Brasileira, pois a escravidão urbana no Brasil é uma abordagem um pouco recente, pois durante um longo período a escravidão no Brasil era vista como algo exclusivo do meio rural, porém, não se pode esquecer que havia cidades em nosso país, e que durante o período escravista a mão-de-obra base desses núcleos era a escrava.

A escravidão urbana não foi exclusiva ao Brasil, mas na América de uma forma geral, ou seja, enquanto existiu escravidão em nosso continente houve escravos urbanos. Esses escravos trabalhavam em diversas áreas do meio urbano, ocupando as mais diversas tarefas, como carregadores, cozinheiros, marinheiros, em manufaturas e entre muitas outras ocupações. Para se ter uma idéia das inúmeras ocupações que os cativos exerciam nas cidades os estrangeiros ao visitarem o Brasil se surpreendiam com a quantidade de coisas que os escravos eram encarregados de fazer, pois vinham com o preconceito de que estes eram lavradores e preguiçosos.¹

Ao estudar uma sociedade devemos pensar de acordo com sua mentalidade, digo isso, pois aos olhos dos senhores os cativos serviam para realizar as tarefas manuais, os serviços de carregamento e a trabalharem nas lavouras, pois na sociedade escravista serviços manuais e pesados era coisa de escravo; por esse motivo os cativos eram utilizados nas mais diversas atividades nas cidades e no campo. Porém vale ressaltar que esses cativos eram os produtores de riqueza das cidades e de seus senhores, só para se ter uma idéia uma boa parte dos senhores viviam dos lucros que seus escravos lhes proporcionavam.

Tendo em vista o que foi dito, os escravos que trabalhavam nas cidades se ocupavam de tarefas bem diferentes daqueles que moravam no campo, e é nesse ponto que este artigo

* Graduando do Curso de História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: caiosbatista@hotmail.com

¹ KARASCH, C. Mary. Carregadores e propriedades: As funções dos escravos no Rio de Janeiro. In: A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808-1850. São Paulo: Companhia das Letras. 2º ed. P. 281.2000.

buscará se desenvolver, ou seja, esse texto apresentará como era a vida desses escravos. Para isso escolhi duas cidades brasileiras do século XIX para compreender como tal sistema funcionava, serão elas a Freguesia de Santo Antônio do Paraibuna, atual cidade de Juiz de Fora que se localiza na Zona da Mata Mineira, e a cidade do Rio de Janeiro, que era a capital do Império do Brasil.

A escolha dessas duas cidades se deu, pois elas foram de extrema importância para a História do Brasil; o Rio de Janeiro por ser capital do Império e Santo Antônio do Paraibuna por ser uma cidade que ligava Minas Gerais ao porto do Rio de Janeiro, isso devido a sua proximidade com a capital, além desse aspecto a Freguesia contava com inúmeras fazendas ao seu redor tornando-se com isso a principal cidade da Zona da Mata Mineira, além da importância econômica que essas cidades representaram para o Império do Brasil ambas concentravam um grande número de escravos, só para se ter uma idéia Santo Antônio do Paraibuna entre 1850-70 chegou a possuir cerca de 26% da população escrava da província de Minas Gerais.²

A abordagem sobre à escravidão urbana foi escolhida, pois a pesar dos estudos existentes sobre o Rio de Janeiro e Juiz de Fora muito ainda deve ser feito, principalmente a respeito de Juiz de Fora, pois as pesquisas sobre esse assunto nessa localidade são ainda escassas.

Levando em conta as considerações acima esse artigo buscará desenvolver como era o funcionamento do sistema escravista urbano, bem como as principais ocupações que os cativos exerciam nessas duas cidades e ainda como era as relações entre os cativos e os diversos grupos da sociedade, pois nas cidades os cativos muitas vezes executavam seus serviços longe das vistas de seus senhores, todavia essa “liberdade” que os escravos possuíam na cidade era regulada pelo Estado.

A escravidão urbana na historiografia

Nos tempos atuais a escravidão é discutida sobre várias perspectivas, porém durante muito tempo priorizou-se a escravidão no campo. Gilberto Freyre foi um dos pioneiros desse pensamento, em sua obra “Casa Grande e Senzala” iniciou esse discurso sobre a escravidão

² SOUZA, Sonia Maria de. Uma incursão na zona proibida. S/Ed. S/Data. APUD: ALGRANTI, Leila Mezan. O feitor ausente. Petrópolis:Vozes.1998.

rural, ou seja, o autor acabou por idealizar a vida rural, em outras palavras, Freyre acabou por promover uma interpretação patriarcal, e essa interpretação acabou por influenciar a historiografia nacional.

Freyre foi o pioneiro sobre os estudos da escravidão rural no Brasil, apesar da crítica que fiz ao autor, tem que se destacar sua contribuição para a historiografia brasileira não só nesse tema mais em outros assuntos. A partir de 1960 surge em São Paulo um grupo de cientistas políticos que afirmavam que a mobilidade social do negro no Brasil sempre fora limitado³,esses intelectuais eram de base teórica marxista, dentre esses posso citar Costa Pinto, Florestan Fernandes, Thales Azevedo entre outros. Eu concordo com esses autores quando afirmam que a dificuldade dos negros de ascenderem socialmente era pequena, pois em uma sociedade aonde o negro é altamente discriminado dificilmente este conseguiria fazer parte de um grupo social alto, mesmo esse sendo forro ou livre ele seria uma pessoa de cor, ou seja, assemelhava-se aos escravos.

Todavia em 1968 Ciro Flamarion apresenta uma teoria do modo de produção escravista específico para a América⁴, essa teoria foi comprovada por Jacob Gorender em 1978, essa nova abordagem questionava as anteriores. A partir dessa nova tese sobre a escravidão, o cativo passou a ser visto de maneira individual, ou seja, como um indivíduo sendo assim o escravo passa a ser estudado de maneira individual; agora o escravo é parte de um sistema e esse cativo tem uma vida ativa dentro dessa sociedade.⁵

A partir dessa releitura verifica-se que esse sistema adaptou-se a diferentes regiões, apresentando com isso especificidades, ou seja, variando de região para região, isso é notado tanto na escravidão rural quanto na urbana. Porém a escravidão rural teve mais relevância, pois por influência do pensamento de Caio Prado Júnior em sua obra “O Brasil Contemporâneo”, acreditava-se que escravidão no Novo Mundo veio da necessidade da agricultura de exportação, ou seja, a escravidão se desenvolveu no meio rural. Tendo em vista tal concepção a escravidão urbana fica em segundo plano, isso nesse primeiro momento.

Todavia a escravidão urbana a partir dessa releitura começa a ganhar força, na verdade a escravidão urbana ganha ênfase em 1977 quando o norte americano Richard Wade em sua obra “Slavery in the Cities the South,1820-1860” apresenta um trabalho sobre a escravidão urbana, levantando questões que apontaram para sua especificidade.

³ SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. Escravidão urbana um tema em questão. In:Negro na rua: A nova face da escravidão.São Paulo:Hucitec.Cap.:1.P.:26.1988.

⁴ CARDOSO, Ciro Flamarion S. A Afro-América: A escravidão no novo mundo. São Paulo: Brasiliense.1985.

⁵ GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. São Paulo: Ática. P. 17. 1978.

Após esta obra os estudos sobre escravidão urbana ganham força em vários lugares, dentre eles o Brasil, apresentando as várias especificidades da escravidão urbana como o negro ao ganho, que era exclusivo do meio urbano, a circulação dos escravos nas cidades regulada pelo Estado entre tantas outras coisas que mais adiante irei apresentar.

Em relação à historiografia da escravidão urbana no Brasil a brasilanista Mary Karasch em sua obra “A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808-1820.”, apresenta um trabalho de extrema riqueza sobre a escravidão urbana na Cidade no Rio de Janeiro, em minha opinião essa obra é uma referência base para o estudo da escravidão urbana brasileira, porém há muitos autores nacionais que discorreram sobre o tema de forma brilhante como Leila Mezan Algrati que em sua obra “O feitor Ausente” explica o mecanismo do ganho que os escravos das cidades estavam submetidos além de apresentar uma idéia de que no meio urbano o Estado que promovia o papel do feitor, o que de certa forma é verdadeiro, Marilene Nogueira Rosa da Silva também possui uma obra muito importante sobre escravidão urbana intitulada “Negra na rua: A nova face da escravidão”, na qual apresenta uma idéia abrangente da escravidão no Rio de Janeiro e alguns aspectos comuns a escravidão urbana.

Em fim não ficarei aqui discutindo bibliografia, pois felizmente nos dias atuais os estudos sobre a escravidão urbana são bem amplos, os citados anteriormente são em minha opinião um dos principais, mais existem inúmeros outros que citarei no decorrer desse artigo. Mas apesar dos estudos terem avançado ainda falta muito a ser estudado sobre esse tema, que para nossa historiografia é um pouco recente.

A escravidão no Brasil

Ao estudar as origens da escravidão no Brasil há várias correntes que explicam o assunto, no entanto, há algumas abordagens que são pertinentes ao assunto; como a implementação da mão-de-obra indígena no início da colonização portuguesa, em relação a esse tipo de escravidão, vale ressaltar que esse tipo de mão-de-obra foi utilizada mesmo após a implementação dos cativos africanos.

A maioria dos textos em relação à implementação da escravidão negra no Brasil diz que tal mão-de-obra foi implementada a partir do plantio de açúcar no século XVI. Tal fato pode ser comprovado através de documentos da época e estudos do tema. Porém por que a escravidão africana foi implementada no Brasil?

Para responder essa pergunta existem várias teses a respeito, em minha opinião Fernando Novais em sua obra “Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial, 1777-1808” explica de forma concreta o porquê da implementação da mão-de-obra africana no Brasil.

O autor utiliza a explicação de Karl Marx e Eric Williams para explicar o porquê da utilização da mão-de-obra negra no Brasil, segundo o primeiro autor as condições da colônia desfavoreciam a implementação da mão-de-obra livre⁶, já de acordo com Williams a implementação do escravismo na colônia foi uma imposição das condições histórico-econômico⁷.

A meu ver Novais segue o pensamento de Williams para compreender as origens do escravismo colonial, o que em minha opinião é mais de acordo com a realidade brasileira, pois a escravidão africana foi implantada no Brasil em decorrência dos altos lucros que o tráfico gerava aos mercadores portugueses e brasileiros e à metrópole. Porém existem outras influências, como a proibição da escravidão do indígena por parte dos jesuítas e as dificuldades de captura dos nativos, decorrente do desenho demográfico das tribos brasileiras (que se encontravam espalhadas e em pequena densidade demográfica), esses fatores favoreceram consideravelmente a utilização da mão-de-obra negra no Brasil.

A princípio a escravidão negra veio para ser utilizada nas lavouras de cana-de-açúcar do século XVI, nesse período a escravidão urbana não era muito expressiva no Brasil, pois nesse momento havia poucas cidades, a maioria se resumia a povoados ou vilas. A partir do século XVII a colônia começa a se interiorizar o que promove a criação de vários núcleos urbanos, decorrente da mineração, da pecuária ou por outros motivos, já no século XVIII podemos encontrar no Brasil várias cidades de portes médios e grandes. Porém é bom ressaltar que desde o início da colonização houve escravos nas cidades, mais essa população foi crescendo no decorrer do desenvolvimento econômico do Brasil, a partir do século XIX podemos encontrar no Brasil um grande núcleo urbano com a presença de escravos urbanos nas mais diversas atividades.

Apesar do caráter agrário da economia colonial, mesmo após a independência, os centros urbanos tinham um caráter essencial na economia, pois serviam de entrepostos comerciais, e no âmbito político, pois eram sede do poder administrativo e os escravos formavam nelas uma parcela fundamental da população.

⁶ KARL, Marx. O Capital (Tradução espanhol México, 1946). Vol.:1. P.: 184-188. S-d. APUD: NOVAIS, Fernando. A crise do antigo sistema colonial. In: Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial, 1777-1808. P. 116. 1º Ed. 1979.

⁷ WILLIAMS, Eric. Capitalism e Slavery. Nova York. S/Ed. P.: 3-7. 2ª Ed. 1961. APUD: Op cit.

O sistema de escravidão teve que se adaptar ao ambiente urbano, nesse sentido a escravidão urbana diferenciava-se da rural, pois havia um caráter de maior liberdade e flexibilidade dos cativos. Boa parte dos escravos trabalhavam no ambiente doméstico, mesmo com esse contingente trabalhando nos lares a economia urbana exigia um grande número de trabalhadores, isso era relativo ao tamanho da cidade, que eram escravos ou forros e processavam as ocupações no setor público e privado⁸.

Nas cidades os negros trabalhavam ao ganho ou como escravo de aluguel, o primeiro era exclusivo do meio urbano já o segundo era comum ao meio rural e urbano⁹. O escravo ao ganho trabalhava para promover o seu sustento e de seu amo, havia uma quantia predeterminada que o cativo deveria levar ao seu senhor no final do dia ou da semana, o excedente ficava com o escravo¹⁰, porém essa divisão não era regra, pois muitos senhores pensavam que os escravos escondiam os lucros ou os tapeavam¹¹, como consequência desse fato muitos escravos ficavam com uma parte reduzidíssima de dinheiro, em alguns casos não ficavam com nada.

Colocar um escravo ao ganho era lucrativo para o senhor, pois lhe garantiria uma renda líquida, além disso, se livrava dos gastos de manutenção com o cativo. O sistema de ganho proporcionava certa liberdade ao escravo, porém o sistema de ganho não era um prêmio, pois exigia do cativo uma longa jornada de trabalho, isso se explica, pois se não conseguisse a quantia estipulada seria punido. O escravo de aluguel apresentava um serviço específico, na maioria das vezes, e o seu dono estabelecia as condições de pagamentos.¹²

Tanto o sistema de aluguel quanto o de ganho proporcionava ao escravo uma sensação de liberdade, pois estando longe de seus senhores esses cativos criavam um ambiente próprio, porém sempre lembrava de sua condição servil, pois esses escravos se deparavam-se nas ruas com o poder público, que controlava esses cativos que andavam pelas ruas, através de leis e do poder policial.

⁸ ALGRATI, Leila Mezan. O escravo e a cidade. In.: O feitor ausente: Estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro. Petrópolis: Vozes. Cap.: 2. P.: 48.1998.

⁹ Idem. P.: 49.

¹⁰ SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. O escravo ao ganho uma nova face da escravidão. In.: Negro na rua: A nova face da escravidão. São Paulo: Hucitec. Cap.: 3. P.: 88. 1988.

¹¹ THORNTON, John. Os africanos e os afro-americanos no mundo atlântico: Vida e trabalho. In.: A África e os africanos. São Paulo: Campus. Cap.: 6. P.:249. S/d.

¹² SILVA, Marilene Rosa da. Idem. P.: 89-90.

A escravidão urbana no Rio de Janeiro

A cidade do Rio de Janeiro cresceu consideravelmente a partir de 1808, com a vinda da família real, com eles desembarcaram cerca de quinze mil pessoas¹³, uma das conseqüências desse fato foi a criação da Intendência da Polícia e vários melhoramentos na capital. Com a abertura dos portos, em 1808, o comércio e a indústria se desenvolveram rapidamente, esse processo intensificou-se com a elevação do Brasil a Reino Unido em 1816¹⁴. Como se pode concluir o século XIX foi essencial para o desenvolvimento do Rio de Janeiro.

Com a análise dos documentos da época pode-se chegar à conclusão que os escravos circulavam por todos os lados da cidade, mais essa movimentação era supervisionada pelo poder público, nesse caso a polícia era encarregada de vigiar o movimento dos escravos nas ruas¹⁵. O governo tentava agir, na medida do possível, para que se cumprissem as normas de condutas exigidas oficialmente, porém sua atuação era pouco satisfatória, mas evitava maiores abusos por parte dos proprietários de escravos, isso nas cidades, pois nas zonas rurais o Estado se ausentava, mesmo com a intervenção do poder público os senhores tinham poderes sobre o escravo, pois eram assegurados do direito de propriedade.

Em relação à alimentação e ao vestuário isso não era o que mais preocupava os senhores, mas o fato do escravo urbano, às vezes, receber uma remuneração pelo trabalho que efetuava isso o possibilitava adquirir aquilo que não conseguiam de seu amo¹⁶. Os castigos, quando eram aplicados, eram promovidos publicamente, para que servissem de exemplo, a polícia que aplicava os castigos, inclusive havia uma prisão especial no Rio de Janeiro, que era chamada de Calabouço, na qual era encaminhado negros desobediente e fugidos, obviamente havia taxas para a execução dos castigos e da prisão. Porém a repressão não era a base do sistema, pois seria impossível manter o escravismo somente por castigos, na verdade havia um conjunto de ações, como acordos entre senhores e escravos, que sustentava a escravidão.

Os escravos urbanos exerciam as mais diversas atividades no Rio de Janeiro, eles eram utilizados em manufaturas, nos lares, em obras públicas, e nos serviços que existiam na época, como carpinteiros, remadores, caçadores, músicos, entre inúmeras outras ocupações. Um

¹³ EDMUNDO, Luiz. A corte de Dom João no rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Conquista. 3º volume, 2ª edição. P.: 597. 1957.

¹⁴ Idem.

¹⁵ ALGRATI, Leila Mezan. “Pão, pau e pano”: o tratamento dos escravos. In: O feitor ausente: Estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro. Petrópolis: Vozes. Capítulo 3. P.: 100-105.1998.

¹⁶ Idem.

cativo do meio urbano podia ser de aluguel, está ao ganho ou pertencer à família a qual trabalhava esses escravos eram adquiridos em leilões públicos ou vendas privadas, no caso do Rio de Janeiro os escravos eram comprados no mercado do Valango que se localizava na freguesia de Santa Rita¹⁷.

Muitos escravos urbanos, inclusive no Rio de Janeiro, trabalhavam no ambiente dos lares, mas isso não significa que a escravidão urbana se resumia ao ambiente doméstico. No Rio de Janeiro os escravos faziam tantas coisas que os estrangeiros quando chegavam na capital se assustavam, pois tinham a sensação de estarem na África e se impressionavam com as inúmeras atividades que os negros exerciam, pois vinham com a idéia que os cativos eram lavradores e preguiçosos¹⁸.

Porém quais eram as atividades promovidas pelos escravos no Rio de Janeiro? Para explicar essa pergunta utilizarei alguns estudos promovidos sobre os cativos no Rio de Janeiro, tentarei fazer um panorama geral das atividades exercidas pelos escravos na capital.

Antes de 1830, muitas zonas do Rio de Janeiro não apresentavam um alto índice de urbanização, em consequência desse fato muitos cativos viviam em chácaras com seus senhores, exercendo nesse local inúmeras atividades como o cuidado de árvores frutíferas, pés de café, hortas e jardins¹⁹. Em alguns casos o excedente produzido nas chácaras era vendido na capital pelos próprios cativos, havia casos que os lucros das vendas ficavam com os cativos, em outros o rendimento ficava para o senhor do escravo.

Havia também os escravos que trabalhavam como caçadores profissionais, esses caçavam nos arredores da cidade e levavam a caça para venda ou para seus senhores, outros, trabalhavam em atividades como captura de animais, para vender a colecionadores, havia também aqueles que recolhiam frutos do mar e outros que extraíam recursos naturais²⁰, como pedras.

No Rio uma das funções mais importantes que os escravos exerciam era a de carregar bens ou pessoas. O grupo de carregadores mais lucrativos eram os estivadores, que trabalhavam na alfândega e no porto, esse tipo de trabalho gerava um grande lucro, pois um escravo ganhava de seis a sete vezes mais do que seu dono exigia, isso possibilitava que muitos estivadores comprassem sua liberdade, a manumissão poderia ser comprada depois de

¹⁷ SILVA, Marilene Rosa da. A cidade e a escravidão. In.: Negro na rua: A nova face da escravidão. São Paulo: Hucitec. Cap.: 3, P.: 40.1988.

¹⁸ KARASCH, C. Mary. Carregadores e propriedades: As funções dos escravos no Rio de Janeiro. In: A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808-1850. São Paulo: Companhia das Letras. 2º ed. P.: 281. 2000.

¹⁹ KARASCH, Mary. Iden. P.: 260-263.

²⁰ KARASCH, Mary. Iden. P.: 260-263.

três ou dois anos de trabalho²¹. Esses escravos trabalhavam em grupo, e o que mais os motivavam era a chance de se tornarem livres, a liberdade era necessária para a sobrevivência desses cativos, pois se não conseguissem a alforria o trabalho iria matá-los ou deixá-los incapacitados, por isso trabalhavam para conseguir a liberdade de todo o grupo.

Outro grupo de carregadores, que tinham muita importância para a cidade, eram os que carregavam cadeiras ou redes, para transportar pessoas²². Esse serviço era promovido por forros e cativos, que queriam ganhar um dinheiro extra, vale lembrar que esse serviço era de luxo, ou seja, só os mais ricos podiam adquiri-los. O carregamento de dejetos e lixo era um serviço muito importante para a cidade²³, geralmente essa tarefa era confiada a um único escravo da família, popularmente esses cativos eram chamados de “Tigres”. Devido a falta de animais de tração na cidade do Rio de Janeiro a maioria dos cativos tinham que realizar algum tipo de carregamento.

Os serviços públicos como obras e limpeza das ruas, eram promovidos por um grupo misto, ou seja, prisioneiros, escravos sob punição, escravos alugados e forros, a polícia que recrutava essa mão-de-obra²⁴. Todavia havia uma escassez de trabalhadores para os serviços públicos, por esse fato o Rio de Janeiro era uma das cidades mais insalubres da época.

No meio urbano a maioria dos senhores possuíam de um a três escravos, o Rio de Janeiro não era exceção, que faziam os mais variados serviços, incluindo o serviço doméstico. Esse fato derruba aquela idéia de que a maioria dos cativos urbanos trabalhavam em tarefas doméstica, essa realidade se remetia nos lares mais ricos, pois havia escravos que trabalhavam em atividades específicas como cozinheiros, mucamas, arrumadeiras, lavadeiras entre outras, porém isso não se remetia a maioria²⁵. Vale ainda salientar que esses escravos que trabalhavam nos lares não faziam parte de uma elite escrava, pois durante muito tempo pensou-se que esses cativos conseguiam com mais facilidade a alforria e regalias, essa afirmação é equivocada e foi muito difundida por Gilberto Freyre²⁶. Na verdade os privilégios que os cativos conseguiam não estão relacionados ao trabalho que promoviam,

²¹ KARASCH, Mary. Iden. P: 263-267.

²² Ibidem.

²³ Ibidem;

²⁴ ALGRATI, Leila Mezan. Trabalho urbano e escravidão. In: O feitor ausente: Estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro. Petrópolis: Vozes. Capítulo 2. P.: 77-82.1998.

²⁵ GRAHAM, Sandra Lauderdale. O mundo das criadas. In: Proteção e obediência: Criadas e seus patrões no Rio de Janeiro 1860-1910. São Paulo: Companhia das Letras. Cap.: 2. P.: 45-72.1992.

²⁶ FREYRE, Gilberto. O engenho e a praça; a casa e a rua. In: Intérpretes do Brasil: Sobrados e Mocambos. Rio de Janeiro: Nova Aguilar. Cap.: 2. Vol.: 2. P.: 747-780.2002.

mas sim com as relações que estabeleciam com seu senhor, Gorender²⁷ adverte para esta perspectiva.

O trabalho artesanal no Rio de Janeiro era feita por mulatos, brancos pobres e escravos que aprendiam seu ofício com um mestre, esses escravos trabalhavam ao ganho ou alugados, muito desses trabalhavam por alguma remuneração, que dividiam com seus donos. Uma atividade urbana na qual os cativos estavam envolvidos eram as vendas, essa ocupação poderia ser parcial ou total, um ponto interessante desses escravos é que estes diferenciavam-se dos demais por alguns detalhes, como por exemplo, uns vestiam-se de maneiras específicas e outros seguiam horários rígidos, os cativos que exerciam esse tipo de ocupação poderiam promovê-la sozinhos ou com seus senhores²⁸.

Havia ainda cativos trabalhando como marinheiros²⁹, esse grupo, geralmente, navegava pela costa do Rio de Janeiro, esses marujos poderiam ser alugados ou próprios e trabalhavam no ofício de remador, carregador, cozinheiro, entre outras ocupações, esses escravos eram vitais para o comércio entre as cidades costeiras em torno da Baía de Guanabara. Outros cativos trabalhavam em manufaturas fazendo o beneficiamento de gêneros tropicais ou produzindo roupas, acessórios, charutos e outros produtos manufaturados.

Os escravos também trabalhavam como músicos, pintores e escultores e os artistas mais procurados eram os negros³⁰. Porém a minoria trabalhava exclusivamente nessa área, na verdade a maioria desses cativos usavam de seu tempo livre para exercer essas atividades. Os músicos na maioria das vezes eram escravos que trabalhavam como barbeiros-cirurgiões e eram muito requisitados no Rio de Janeiro, os artistas trabalhavam nos teatros, porém a maioria eram mulatos, já os escultores trabalhavam nas decorações de prédios públicos, igrejas e residências.

Como se pode observar a cidade do Rio de Janeiro apresentava uma dinâmica econômica intensa e isso exigia um grande contingente de mão-de-obra e a maioria dessa porção de trabalhadores viam da África, ou seja, era composto de escravos. A partir dessa análise pode perceber que o cativo no Rio de Janeiro era uma peça fundamental para a dinâmica da cidade e esse cativo apresentava-se presente na vida social da cidade, porém essa “liberdade” era vigiada pela polícia.

²⁷ GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. São Paulo: Ática. P.:17. 1978.

²⁸ ALGRATI, Leila Mezan. Além dos muros. In: O feitor ausente: Estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro. Petrópolis: Vozes. Capítulo 2. P.: 85-95. 1998.

²⁹ KARASCH, C. Mary. Carregadores e propriedades: As funções dos escravos no Rio de Janeiro. In: A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808-1850. São Paulo: Companhia das Letras. 2º ed. P.:267-269. 2000.

³⁰ Iden. P.:269-274.

A escravidão urbana em Juiz de Fora

A cidade de Juiz de Fora tem sua origem ligada ao desenvolvimento da economia mineradora e à construção do Caminho Novo, pois a outra estrada era longa e insegura, o que favorecia a ocorrência de assaltos e assassinatos. Tanto o Caminho Novo quanto o antigo tinham por objetivo ligar Minas Gerais ao Rio de Janeiro, para o escoamento do ouro e diamante. O novo caminho é inaugurado em 1702, mas somente em 1709 é que se torna possível o trânsito de tropas de animais, isso pôde ocorrer graças a obras de melhoramento do Caminho Novo³¹.

A partir da segunda metade do século XVIII a economia mineradora entra em decadência, esse processo faz com que muitas pessoas que viviam na região mineradora se deslocam para outros lugares, todavia muitas desses indivíduos migram para regiões dentro da província de Minas Gerais desenvolvendo atividades agrícolas e pecuárias.

A princípio essas atividades eram para a subsistência, e quando tinha produção excedente era vendida na própria região. Aos poucos essas atividades vão se desenvolvendo de tal forma que os recursos excedentes foram aplicados na expansão da produção, no caso da Zona da Mata Mineira o investimento foi na produção de café, isso ocorreu no período de 1850 à 1870. Com a expansão da lavoura cafeeira a região passou a concentrar cerca de 26% da população escrava da Província de Minas Gerais, sendo Santo Antônio do Paraibuna o maior centro da região e o que mais tinha cativos³².

Rodeada por fazendas de café, Santo Antônio do Paraibuna era o escoadouro natural de toda a produção da região, servindo como grande entreposto comercial, devido à facilidade de comunicação com o Rio de Janeiro. Mesmo com o Caminho Novo, construído no século XVIII, havia uma dificuldade para escoar a produção cafeeira, era necessária a construção de uma estrada de rodagem, similar as que tinham nos Estados Unidos e Europa, Mariano Procópio Ferreira Lage propôs ao imperador Don Pedro II a construção de tal estrada, e o rei deu seu consentimento. Em 1856 começa a construção da estrada de rodagem União e Indústria com a utilização de mão-de-obra alemã e escrava, apesar de ser proibida a utilização de cativos em obras públicas de maior importância, na construção dessa estrada foi utilizada esse tipo de mão-de-obra³³.

³¹ LESSA, Jair. Juiz de Fora e seus pioneiros. Juiz de Fora: Funalfa. P.:15-17. Juiz de Fora.1985.

³² GUIMARÃES, Elione Silva. GUIMARÃES, Valéria Alves. Juiz de Fora: De ponto de paragem de tropeiros a grande centro cafeeiro da Zona da Mata Mineira. In.: Cotidianos da escravidão em Juiz de Fora. Juiz de Fora: Funalfa. P.:20. Juiz de Fora.2001.

³³ Iden. P.:21.

Vale salientar que paralelo a economia cafeeira, desenvolveu-se na região da Zona da Mata atividades voltadas para o mercado interno, utilizando-se de mão-de-obra escrava. A produção era diversificada produzia-se milho, feijão, arroz, gado bovino e suíno, entre outros gêneros.

Santo Antônio do Paraibuna concentrava um grande contingente de escravos, trabalhando nas mais diversas atividades, desde mais simples as mais complexas, esses serviços abrangiam a lavoura, os lares, as obras e serviços públicos, as vendas, os serviços especializados como ferreiros e carpinteiros, entre tantas outras atividades.

A reposição da mão-de-obra escrava na Zona da Mata se deu, basicamente, no tráfico interno de escravos. Todavia acredita-se que Santo Antônio do Paraibuna funcionava como um grande mercado de escravos, outro ponto relevante sobre a escravidão nessa região é que, como na maioria do país, havia o predomínio de escravos do sexo masculino³⁴.

Na freguesia de Santo Antônio do Paraibuna os escravos podiam ser encontrados no ambiente urbano e rural. Os escravos que moravam na cidade podiam ser de ganho ou trabalhar de galé, cativos que trabalhavam em obras públicas por serem prisioneiros ou estarem alugados, vale salientar que os escravos de aluguel e domésticos eram comuns tanto na cidade quanto no campo. Muitos proprietários alugavam seus cativos para trabalharem nas lavouras ou em serviços comum à cidade, nesse caso o serviço era amplo, podendo trabalhar em lares, em serviços especializados, em obras públicas entre inúmeros outros serviços. Com o fim do tráfico negreiro, 1850, o aluguel de cativos se intensifica em Santo Antônio do Paraibuna³⁵, esses escravos de aluguel eram oriundos da cidade ou de áreas rurais.

Como toda cidade Santo Antônio do Paraibuna possui um código de postura- conjunto de leis do município- que buscava regular as relações entre senhores e escravos, o comércio, leis que as pessoas tinham que cumprir como pagamento de impostos, entre outras coisas.

Em relação aos cativos o código de postura de 1857 legislava sobre o escravo sob o aspecto de regular castigos que seriam impostos a estes no caso de cometerem algum delito, regulava também a mobilidade dos escravos nas ruas, proibindo-os de permanecerem em locais públicos para a prática de jogos e não podiam permanecer nas ruas após as dez horas da noite, não podiam andar armados, entre outras restrições³⁶.

³⁴ GOMES, Núbia Pereira de Magalhães e PEREIRA, Edmilson de Almeida. Negras raízes mineiras. Juiz de Fora: EDUFJF, 1988.

³⁵ GUIMARÃES, Elione Silva. GUIMARÃES, Valéria Alves. Juiz de Fora. Trabalho e condições de vida nas fazendas e centros urbanos. In.: Cotidianos da escravidão em Juiz de Fora. Juiz de Fora: Funalfa. P.: 33. Juiz de Fora, 2001.

³⁶ Iden. P.: 38.

A alimentação dos escravos em Santo Antônio do Paraibuna era precária e o trabalho era excessivo, esse fato foi comum nos municípios do Brasil durante todo o século XIX, por esse motivo os que mais sofriam com epidemias e doenças foram os cativos, não só esse grupo mais a camada mais pobre da sociedade.

Assim como em outros centros urbanos do século XIX, Santo Antônio do Paraibuna apresentava negros ao ganho que trabalhavam em serviços especializados, como carpinteiros, ferreiros, pedreiros, entre outras ocupações ou não especializados como carregadores de água, dejetos, carregadores gerais, aqueles que garregavam qualquer coisa (móveis, sacos de produtos agrícolas, e outros), os não especializados também podiam ser aqueles cativos que ainda não dominavam uma ocupação especializada.

Em relação aos escravos domésticos, que se encontravam no meio rural e urbano, estes eram de ambos os sexos e podiam se especializar em algumas atividades que o lar exigia como cozinheiros, doceiros, parteiras, mucamas, cocheiros, entre outros.

Como se pode observar Santo Antônio do Paraibuna apresentava uma economia dinamizada, e a mão-de-obra base dessa cidade era o escravo. Como esse estudo se encontra em estado inicial ainda há muitas lacunas, mas estudos feitos anteriormente concluíram que os escravos na Freguesia de Santo Antônio do Paraibuna promoviam “perturbações a ordem pública” como brigas, bebedeiras e furtos e nesses pontos que concentrarei minha pesquisa, ou seja, buscarei processos criminais como de ofensas físicas e verbais, permissão de trabalho para escravo - para que com isso pudesse trabalhar nas ruas-, analisar os códigos de postura, inventários e anúncios de jornais. A escravidão urbana em Santo Antônio do Paraibuna foi algo presente na História da cidade e meu estudo irá procurar desenvolver um panorama sobre os escravos que trabalhavam nessa cidade no período de 1870 à 1880.

Conclusão

Como se pode observar a escravidão urbana foi algo presente na História do Brasil, e que por muito tempo não recebeu a atenção devida, pois estudava-se muito a escravidão nos planteis e esquecia dos cativos que trabalhavam no meio urbano. Somente no final da década de sessenta do século XX é que a escravidão urbana passou a ter mais atenção.

Isso foi possível graças aos estudos de Ciro Flamarion, no qual foi apresentado uma teoria do modo de produção escravista específico a América Latina, em 1978 Jacob Gorender

comprova essa tória. A partir dessa nova concepção houve uma mudança na visão da escravidão, isso significou que a partir desses estudos o cativo passou a ser visto de maneira individual, ou seja, o escravo como indivíduo que interagia dentro da sociedade.

Outro ponto relevante é que a partir dessa releitura verificou-se que o sistema escravista adaptou-se a diferentes regiões, apresentando com isso especificidades, ou seja, variando de região para região, isso é notado tanto na escravidão rural quanto na urbana.

A partir dessa releitura pode-se entender melhor a escravidão nas cidades, pois vendo o escravo como um indivíduo que interage com a sociedade e o sistema escravista como algo que se adaptou a diferentes realidades, tornou-se mais fácil pensar em escravidão urbana. Vale ressaltar que durante muito tempo pensava-se em escravidão urbana como algo restrito ao meio doméstico, o que não remete a realidade. O escravo nas cidades realizavam as mais diversas tarefas e a cidade dependia da mão-de-obra dos cativos para se desenvolver.

Apesar dos estudos sobre escravidão urbana brasileira ter avançado, ainda há muito que pesquisar, existe muitas cidades em que a escravidão urbana merece mais atenção nos estudos, como Juiz de Fora, pois o escravo foi uma figura comum nas cidades em todo o período escravista.

Bibliografia

ALGRATI, Leila Mezan. **O feitor ausente**: Estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro. Petrópolis: Vozes.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **A Afro - América**: A escravidão no novo mundo. São Paulo: Brasiliense.1985.

GERSON, Brasil. **A escravidão no império**. São Paulo: Pallas.1998.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática. 1978.

GOMES, Núbia Pereira de Magalhães e PEREIRA, Edmilson de Almeida. **Negras raízes mineiras**. Juiz de Fora: EDUFJF.1988.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência**: Criadas e seus patrões no Rio de Janeiro 1860-1910. São Paulo: Companhia das Letras.1992.

GUIMARÃES, Elione Silva. GUIMARÃES, Valéria Alves. **Cotidianos da escravidão em Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Funalfa. P.: 33. Juiz de Fora.2001.

KARASCH, C. Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808-1850**. São Paulo: Companhia das Letras.2º ed.P.:281.2000.

MARC, Boch. **O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.2001.

- MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense. 1982.
- LESSA, Jair. **Juiz de Fora e seus pioneiros**. Juiz de Fora: Funalfa. Juiz de Fora. 1985.
- SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. **Negro na rua: A nova face da escravidão**. São Paulo: Hucitec. 1987.
- SLNES, Robert. O que Rui Barbosa não queimou: Novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX. **Estudos econômicos**. São Paulo: Companhia das Letras. 1983
- THORNTON, John. **A África e os africanos**. São Paulo: Campus. S/d.